

**Informação Sob Embargo até às 10:00 de 12 de dezembro de 2012**

**Relatório Anual “ A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências • 2011”**

(também disponível no sítio web do IDT, I. P. (<http://www.idt.pt>).

**Síntese Global**

No contexto da caracterização nacional da **situação, evolução e principais tendências** em matéria de drogas e toxicodependências, é de salientar:

Em 2011 foram consolidadas a maioria das tendências manifestadas nos últimos anos na área das drogas e das toxicodependências, fruto da coordenação nacional e do planeamento estratégico que permitiu uma maior articulação e um reforço da capacidade de resposta tanto ao nível da redução da procura como da oferta.

A nível da **Redução da Procura**, há a salientar, entre outros, o incremento da acessibilidade ao tratamento da toxicodependência em meio livre e em meio prisional, o aumento do número de utilizadores de drogas que contactam as estruturas de redução de riscos e minimização de danos, o alargamento da cobertura do rastreio do VIH entre os toxicodependentes e o aumento da capacidade decisória das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.

A nível da **Redução da Oferta**, vários indicadores evidenciam uma vez mais em 2011, um reforço da capacidade de deteção e combate ao tráfico em níveis mais elevados das estruturas do tráfico nacional e internacional, com o desmantelamento de importantes organizações criminosas.

Em 2011 manteve-se o interesse internacional pela política portuguesa em matéria de drogas, cujo paradigma inovador na abordagem do fenómeno coincidiu com a obtenção de importantes ganhos em saúde ao longo da última década, entre eles, a redução do consumo de drogas entre as populações mais jovens, mas também e sobretudo a redução de consumos problemáticos, designadamente do consumo endovenoso e de práticas de partilha de material deste tipo de consumo, o que se refletiu numa diminuição da incidência do VIH/SIDA entre as populações toxicodependentes.

Estas tendências de diminuição dos consumos problemáticos foram reforçadas no final do atual ciclo estratégico, constatando-se em 2010 e 2011 também uma diminuição da mortalidade relacionada com o consumo de drogas.

Apesar destes resultados encorajadores, surgem neste final de ciclo estratégico algumas tendências preocupantes: os resultados dos estudos nacionais em populações escolares evidenciam que o consumo de drogas, que vinha aumentando desde os anos 90 e tinha diminuído pela primeira vez em 2006 e 2007, voltou a aumentar em 2010 e 2011; os resultados de um estudo nacional na população condutora revelam prevalências de consumo de algumas drogas ilícitas superiores às médias europeias; e a problemática das novas substâncias psicoativas que exige novas estratégias e respostas concertadas na área da redução da procura e da redução da oferta, no contexto nacional e internacional.

### **Síntese do Desenvolvimento das Acções das Áreas de Missão e das Áreas Transversais**

#### **PORI- Plano Operacional de Respostas Integradas**

O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) é uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, que procura potenciar as sinergias disponíveis no território, através da implementação de **Programas de Respostas Integradas (PRI)**.

Em 2011 estiveram em funcionamento 99 Programas de Respostas Integradas (PRI), dinamizados pelos respetivos Núcleos Territoriais, nos quais se incluem 130 projetos cofinanciados pelo IDT, I.P.

No que diz respeito ao número de projetos, por área de intervenção, bem como ao número de indivíduos abrangidos, relativamente à área da **Prevenção**, nos **62 projetos implementados** foram abrangidas **56.372 pessoas**, na área da **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, nos **31 projetos**, abrangeram-se **6.663 toxicodependentes sem enquadramento sócio familiar e 46.499 em contexto recreativo**, na área do **Tratamento**, com **3 projetos** foram abrangidos **832 indivíduos**, na área da **Reinserção**, num total de **34 projetos** foram abrangidos **2.136 indivíduos**.

Das **619 entidades** que fazem parte dos Núcleos Territoriais, **198 são ONG**, **152** são entidades com intervenção na área da **Educação**, verificando-se, também, um peso importante das Autarquias, com 112 representações. Destacam-se, ainda, as entidades na área da **Segurança Social (48)**, na área da **Saúde (48)** entidades, no âmbito do **Emprego (14)** na área das **Forças de Segurança (12)**, e na área da **Justiça (2)**.

## Prevenção

Em 2011, houve um fortalecimento do investimento em intervenções de prevenção seletiva e indicada organizando-se e criando-se espaços de atendimento de prevenção seletiva e indicada e contribuindo assim, nomeadamente, para o reforço de um **Sistema de Atendimento a Adolescentes**.

Quanto ao **Programa de Intervenção Focalizada** (PIF), desenhado com vista a aumentar o número de intervenções preventivas baseadas em evidência científica, incrementar intervenções preventivas de carácter seletivo para famílias, crianças e jovens vulneráveis e, ainda, indivíduos com padrões de consumo de substâncias psicoativas em contextos recreativos, destaca-se a elaboração de um Catálogo de Boas Práticas em Prevenção e a edição do *e-book* “Intervenção preventiva com Grupos Vulneráveis – A Experiência do Programa de Intervenção Focalizada”.

O **projeto *Eu e os Outros***, integrado no [www.tu.alinhas.pt](http://www.tu.alinhas.pt), que trabalha *online* competências pessoais e sociais em contexto escolar, no formato de jogo interativo, com base em 8 narrativas diferentes, abrangeu **244 escolas** (num total de **10 246 alunos e 693 professores aplicadores**).

O **Programa *Escola Segura***, de âmbito nacional e assegurado pela GNR e PSP, continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino. A GNR teve um efetivo dedicado de **263 militares** (237 militares, em 2010), abrangendo **6.902 escolas** (7.666 escolas, em 2010), desenvolvendo **10.843 ações de sensibilização e/ou informação** (9.351 ações, em 2010), abarcando um universo de **790.655 alunos** (791.583 alunos, em 2010), e realizando **315 visitas** de escolas e/ou grupos de alunos ao quartel (257 visitas, em 2010).

A PSP, com cerca de **391 elementos policiais** (369 elementos policiais, em 2010/2011), realizou **7.449 ações de sensibilização** e, das **3.421 escolas** abrangidas, estiveram envolvidos **871.692 alunos** (1.033.921 alunos, em 2010/2011) e **139.651 professores** (137.949 professores e auxiliares de educação, em 2010/2011).

## Dissuasão da Toxicodependência

No contexto das contraordenações por consumo de drogas, foram instaurados 6.898 **processos relativos às ocorrências de 2011**, representando um ligeiro decréscimo (-6%) em relação a 2010, sendo de referir que os valores mais elevados da década registaram-se em 2009 e 2010. À data da recolha de informação cerca de 73% dos processos relativos às ocorrências de 2011 tinham decisão proferida (40% estavam suspensos e 33% arquivados), constatando-se um aumento da capacidade decisória em relação ao ano anterior. Entre as **decisões proferidas** uma vez mais

predominaram as suspensões provisórias dos processos de consumidores não toxicodependentes (65%), seguindo-se-lhes as suspensões dos processos de consumidores toxicodependentes que aceitaram submeter-se a tratamento (15%). Tal como nos anos anteriores, a **maioria dos processos estavam relacionados com a posse de cannabis** (76% só cannabis e 3% cannabis com outras drogas), o que é consistente com os resultados dos estudos epidemiológicos sobre o consumo de drogas em Portugal.

Cerca de 79% dos processos de contraordenação abertos em 2011 referem-se a indiciados primários. Dos 674 indiciados primários **toxicodependentes**, 620 (92%) aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, no âmbito de uma suspensão provisória do processo. Do total de indiciados primários **não toxicodependentes** (3.241), 78% foram diagnosticados como consumidores em situação problemática que poderiam indiciar situações de maior risco face à toxicodependência, que careciam de apoio especializado e diferenciado.

À semelhança do ano anterior, manteve-se o elevado **interesse internacional em conhecer e avaliar o Modelo de Dissuasão existente em Portugal**, operado pela Lei da Descriminalização do consumo de drogas.

#### **Redução de Riscos e Minimização de Danos**

Em 2011, foram contactados pelas estruturas de Redução de Riscos e Minimização de Danos cerca de **12.550** utentes. Uma vez que a população contactada por estas estruturas é flutuante, no que diz respeito à utilização dos serviços prestados, constata-se que, em cada mês terão sido contactados em média cerca de **5.979** utentes. De entre estes, cerca de **1.501** utentes beneficiaram mensalmente do Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar e cerca de **1.650** utentes, em média, beneficiaram do Programa de Troca de Seringas.

No ano em referência prosseguiu-se à consolidação da **Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos**, constituída por **46 projetos** que representam **59 intervenções** em diferentes contextos, à **sistematização da informação** sobre consumidores de substâncias psicoativas que, pelas suas características, não procuram a rede convencional de tratamento, bem como à estabilização do **Modelo ADR** – Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação na área do VIH-Sida.

No que respeita ao Programa Nacional de Troca de Seringas, gerido pela CNVIHS em parceria com a ANF foram recolhidas, em 2011, **1.650.951** seringas, verificando-se uma redução de 20% em relação ao ano anterior (2.057.497 seringas em 2010), o montante despendido neste programa foi de 933.814,25 €.

Em 2011, uma vez mais se constatou, entre os utentes que recorreram às diferentes estruturas de tratamento da toxicodependência, a diminuição da **prática de consumo endovenoso** (as prevalências de consumo endovenoso ao longo da vida variaram em 2005 entre 37% - 67% e em 2011 entre 16% e 55%, e as prevalências nos últimos 30 dias anteriores ao internamento ou entrada em programa variaram em 2005 entre 11% - 39% e em 2011 entre 11% e 19%) e **da partilha de material de consumo endovenoso** (as prevalências ao longo da vida variaram em 2009 entre 30% - 47% e em 2011 entre 23% e 37%, e as prevalências nos últimos 30 dias variaram em 2009 entre 5% - 12% e em 2011 entre 2% e 5%).

Relativamente às **doenças infecciosas** entre as populações em tratamento da toxicodependência, em 2011, os valores de positividade para o VIH (2% - 10%), Hepatite B (1% - 3%), Hepatite C (20% - 47%) e Tuberculose (iguais ou inferiores a 1%), reforçam a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos, nomeadamente a nível do VIH e Hepatite C. No âmbito das notificações da infeção VIH/SIDA, mantém-se a tendência decrescente da proporção de casos associados à toxicodependência (10% e 32% dos casos diagnosticados com infeção VIH respetivamente em 2011 e 2005), bem como a diminuição contínua ao longo da última década do número de novos casos diagnosticados com VIH associados à toxicodependência, salvaguardadas as atualizações futuras dos dados (95 casos diagnosticados em 2011, 254 em 2009, 423 em 2007 e 636 em 2005).

Considerando as melhorias implementadas nos últimos anos a nível da cobertura do rastreio do VIH nestas populações, parece estar-se perante uma efetiva diminuição de infeções recentes, reflexo da diminuição das práticas de consumo endovenoso e da partilha de material de consumo atrás referido e, em última análise, das políticas de redução de riscos e minimização de danos.

No que respeita às **mortes relacionadas com o consumo de drogas**, no contexto das estatísticas nacionais de mortalidade do INE, I.P., após o aumento contínuo registado entre 2006 e 2009 que inverteu a tendência de decréscimo nos anos anteriores, verificam-se novamente descidas em 2010 e 2011. Segundo a Lista Sucinta Europeia, em 2011 ocorreram 6 mortes causadas por dependência de drogas, representando o valor mais baixo desde 2006 e um decréscimo de -71% em relação a 2010. De acordo com o critério do OEDT, registaram-se 10 casos de mortes relacionadas com o consumo de drogas, representando também o valor mais baixo desde 2006 e um decréscimo de -62% em relação a 2010. Quanto à informação dos registos específicos de mortalidade do INML, I.P., em 2011, dos 157 óbitos com informação sobre a causa de morte, cerca de 12% foram considerados *overdoses* (27%, 28% e 36%, em 2010, 2009 e 2008), verificando-se uma diminuição em relação

a 2010. No que respeita às substâncias detetadas nestas *overdoses*, contrariamente ao sucedido nos anos anteriores em que sempre predominaram os opiáceos, em 2011 predominou a metadona, seguindo-se-lhe os opiáceos e a cocaína. Uma vez mais, na maioria (79%) destas *overdoses* foram detetadas mais do que uma substância, sendo de destacar em associação com as drogas ilícitas, as *overdoses* com a presença de álcool (37%) e benzodiazepinas (42%).

## Tratamento

Em 2011 deu-se continuidade à **articulação dos vários recursos de saúde e socio sanitários**, públicos e privados, de modo a melhorar a resposta às múltiplas necessidades dos utentes com problemas associados ao consumo de substâncias psicoativas, sendo de destacar também **a orientação para a qualidade dos serviços prestados**.

No âmbito da **rede pública e convencionada de tratamento da toxicodependência**, verificou-se em relação a 2010 uma estabilidade do número de utentes a nível do acompanhamento em ambulatório e uma diminuição a nível do internamento, decréscimo este, ocorrido apenas na rede convencionada. O número de novos utentes em ambulatório (8492) foi muito idêntico ao registado em 2010 (+1%), após a tendência de aumento ocorrida entre 2007-2010 (muito provavelmente relacionada com a melhor articulação das respostas no terreno, mas também, a partir de 2008, com o aumento do número de utentes que passaram a recorrer às Equipas de Tratamento (ET) do IDT, I.P. por problemas relacionados com o consumo de álcool). O número total de utentes em ambulatório (38 292) foi semelhante ao registado no ano anterior (+1%), verificando-se uma estabilidade nos últimos anos após a tendência de aumento ocorrida entre 2004-2008. Em 2011 estiveram integrados na rede pública 26 351 utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, representando um ligeiro decréscimo de -4% em relação a 2010, após o crescimento contínuo verificado ao longo da última década. Os internamentos nas Unidades de Desabilitação (1804) e Comunidades Terapêuticas (3142) da rede pública e convencionada diminuíram em relação ao ano anterior (respetivamente -26% e -13%), pelo segundo ano consecutivo nas UD e pela primeira vez nas CT durante este ciclo estratégico. Na **rede licenciada sem convenção**, verificou-se em 2011 um acréscimo do número de utentes em tratamento nas Unidades de Desabilitação (+59%) e Comunidades Terapêuticas (+13%) em relação a 2010, ano em que se registaram os valores mais baixos da década, mas mantêm-se aquém dos valores registados nos anos anteriores, sobretudo antes de 2009.

No contexto das **estruturas de tratamento da toxicodependência do sistema prisional**, apesar da ligeira diminuição da capacidade dos Programas de Tratamento Orientados para a Abstinência, em 2011 estiveram integrados 223 reclusos nestes Programas, valor muito semelhante ao de 2010 (+2%), ano em que se registou o valor mais baixo da década, após a diminuição em quatro anos consecutivos. O número de reclusos integrados a 31/12/2011 em programas farmacológicos da responsabilidade dos estabelecimentos prisionais (503), apesar de ter diminuído (-11%) relativamente a 2010, ano em que se verificou o valor mais elevado da década, foi superior aos valores registados antes de 2010.

Neste ciclo estratégico, para além do incremento na acessibilidade ao tratamento da toxicodependência em meio livre e meio prisional, importa referir que alguns indicadores indiciam também uma maior eficiência e eficácia destes programas, nomeadamente o aumento das percentagens de altas clínicas nos programas terapêuticos com agonistas opiáceos e nas estruturas de internamento na rede pública e convencionada.

Entre as populações que recorreram a tratamento, a heroína continua a ser a substância mais referida como droga principal, constatando-se nos últimos anos uma maior visibilidade de outras substâncias, nomeadamente o álcool, a cocaína e a cannabis. Também se mantém a tendência de diminuição das práticas de consumo endovenoso e da partilha de material de consumo

### **Reinserção**

Em 2011 foi dada continuidade ao **processo de monitorização das atividades e intervenções**, possibilitando aferir as necessidades dos utentes ao longo dos percursos de reinserção e, simultaneamente, avaliar o grau de concretização das estratégias definidas e a capacidade do IDT I.P., e dos parceiros, para responder às necessidades identificadas nos utentes. Assim, desenvolveram-se intervenções que responderam a 32% dos 1.359 utentes com necessidades ao nível da **Habitação**, a 49% dos 1.766 utentes com necessidades ao nível da **Educação**, a 36% dos 1.675 utentes com necessidades ao nível da **Formação Profissional** e a 44% dos 4.246 utentes com necessidades ao nível do **Emprego**. Nesta última dimensão o **Programa Vida Emprego (PVE)** continuou a assumir uma importância vital enquanto recurso na área do emprego, tendo abrangido **1243 indivíduos**. Ainda no âmbito da dimensão do emprego, salienta-se, no sentido de facilitar o acesso dos utentes ao mercado de trabalho, a **Bolsa de Empregadores**, constituída por **928 entidades empregadoras, parceiras do IDT, I.P.** e, para a pré-profissionalização e estabilização de

toxicodependentes sem enquadramento sociofamiliar, o **projeto experimental InPar**, que permitiu definir um desenho metodológico facilitador da integração.

Em 2011 manteve-se em vigor o protocolo de **articulação interinstitucional entre o IDT, I.P. o ISS, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**, tendo a implementação desta metodologia, facilitado o encaminhamento de cerca de **1.031 utentes** do IDT, I.P. para os serviços do ISS, I.P. e da SCML.

De referir, ainda, a continuidade da participação ativa do IDT, I.P. na implementação da **Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA)**, sob a coordenação do Instituto de Segurança Social I.P..

#### **Redução da Oferta**

A luta contra o tráfico de estupefacientes manteve-se como objetivo prioritário, continuando-se a assistir ao **investimento de recursos significativos** na sua prevenção e repressão, designadamente, no **aperfeiçoamento das técnicas e metodologias de intervenção operacional**, na **melhoria dos sistemas de bases de dados**, das **técnicas de análise de informação** e no **aumento da cooperação internacional**.

Visando o **reforço das atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da EU**, a PJ, no âmbito da sua participação no MAOC-N, procedeu ao tratamento e monitorização de inúmeras embarcações, sob suspeita de estarem a ser utilizadas para tráfico transcontinental tendo efetuado diversas operações de controlo, recolha de informação, seguimento e vigilância de passageiros suspeitos de envolvimento no tráfico de droga. Também a GNR efetuou, através da Unidade de Controlo Costeiro, **9.725 ações** de vigilância, controlo e fiscalização. Por sua vez a Autoridade Marítima desenvolveu **1.107 ações** dirigidas especificamente ao combate ao narcotráfico. Refira-se, também, que foram efetuados controlos regulares de viajantes e bagagens em voos procedentes de países considerados de risco e, ainda, controlados por RX **2.305 contentores**, pela DGAIEC.

Tendo como objetivo a **prevenção na área do consumo, pequeno tráfico e criminalidade associada à droga**, foi assegurado o policiamento de proximidade, nomeadamente no contexto dos estabelecimentos de ensino, através de diversas ações, operações e iniciativas da PSP e GNR.

O ano de 2011 consolida a maioria das tendências verificadas nos últimos anos a nível de vários indicadores no contexto dos mercados.



Permanece a tendência manifestada ao longo da década do predomínio da cannabis e da maior visibilidade da cocaína nestes contextos. No caso da heroína, após a clara tendência de descida a nível de vários indicadores constatada na primeira metade da década, seguida de uma estabilidade na segunda metade, em 2011 volta a diminuir a sua visibilidade a nível de alguns indicadores. Em relação a *outras drogas*, apesar dos aumentos verificados em 2011 em alguns indicadores, continuam a apresentar valores relativos muito residuais. Quanto à posse de várias drogas confirma-se a tendência de estabilidade ocorrida na segunda metade da década.

Pelo décimo ano consecutivo o haxixe foi a substância com o maior número de **apreensões** (3093), e, reforçando a tendência iniciada em 2005, uma vez mais o número de apreensões de cocaína (1386) foi superior ao de heroína (1169). É de destacar o aumento, sobretudo nos últimos três anos, do número de apreensões de liamba, representando em 2011 (660) o valor mais elevado desde 2002. As tendências manifestadas na década anterior evidenciaram aumentos nos números de apreensões de cocaína, de haxixe e de liamba na segunda metade da década (2006-2010) comparativamente à primeira metade (2001-2005), contrariamente às descidas verificadas no caso da heroína e do ecstasy.

Em relação a 2010, registaram-se aumentos das **quantidades** apreendidas de liamba, heroína e cocaína, e em contrapartida, diminuições das de ecstasy e de haxixe. Para além das oscilações anuais, as tendências manifestadas na década anterior indicaram aumentos das quantidades apreendidas de cocaína, de haxixe e de liamba na segunda metade da década (2006-2010) comparativamente à primeira metade (2001-2005), contrariamente às descidas verificadas no caso da heroína e do ecstasy. As apreensões envolvendo **quantidades significativas** segundo os critérios da ONU, representaram a grande maioria das quantidades de quase todas as drogas apreendidas no país em 2011.

Em relação às **rotas**, no âmbito do tráfico internacional destacaram-se como principais países de proveniência das drogas apreendidas no país em 2011, a Holanda e o Paquistão no caso da heroína, o Brasil e a Bolívia a nível da cocaína, África do Sul no caso da liamba e, uma vez mais Marrocos no que se refere ao haxixe, continuando Portugal a funcionar como ponto de trânsito em matéria de tráfico internacional, particularmente no caso da cocaína. Os distritos de Lisboa e do Porto surgiram com os números mais elevados de apreensões a nível das várias substâncias, embora em quantidades apreendidas tenha sido o de Lisboa que se destacou no caso da heroína e liamba, e o de Faro que registou as maiores quantidades apreendidas de haxixe e cocaína.

Os **preços** médios das drogas confiscadas em 2011 (mercado de tráfico e de tráfico-consumo) não registaram alterações relevantes face a 2010, com exceção da cocaína que registou uma subida. Apesar das flutuações anuais, desde 2002 que se verifica uma tendência de decréscimo dos preços médios da heroína e do ecstasy, de subida dos da liamba e da cocaína, e uma estabilidade do preço médio do haxixe (embora com valores ligeiramente mais elevados na segunda metade da década).

Estas intervenções policiais resultaram na identificação de 6178 **presumíveis infratores**, 43% como traficantes e 57% como traficantes-consumidores. Este número foi muito idêntico ao do ano anterior (-2%), registando estes três últimos anos os valores mais elevados desde 2002. Mantém-se a tendência manifestada ao longo da década do predomínio dos presumíveis infratores na posse de cannabis, da maior visibilidade do número de presumíveis infratores na posse de cocaína (os valores registados nos três últimos anos a nível da cannabis e da cocaína foram os mais elevados desde 2002), e mantém-se a tendência de estabilidade a nível da posse de várias drogas. Quanto à heroína, após a clara tendência de descida no número de presumíveis infratores registada na primeira metade da década, seguida de uma estabilidade na segunda metade, volta a diminuir em 2011 o número de presumíveis infratores na posse de heroína. Apesar dos valores ainda pouco expressivos, é de registar o aumento de presumíveis infratores na posse de outras drogas.

No âmbito das **decisões judiciais ao abrigo da Lei da Droga**, registaram-se 1629 processos-crime findos envolvendo 2318 indivíduos<sup>1</sup>, tendo sido condenados 2041. Destes, cerca de 78% foram condenados por tráfico, 21% por consumo e menos de 1% por tráfico-consumo. O aumento da proporção de indivíduos condenados por consumo a partir de 2008, relacionado com a fixação de jurisprudência sobre as situações para consumo próprio em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante 10 dias. Tal como nos anos anteriores, a maioria das condenações ao abrigo da Lei da Droga estavam relacionadas só com uma droga. Persiste o predomínio da cannabis pelo nono ano consecutivo e a superioridade numérica das condenações pela posse de cocaína em relação às de heroína pelo sexto ano consecutivo, consolidando assim a tendência dos últimos anos de aumento da visibilidade da cocaína nestas condenações.

A 31/12/2011 estavam em situação de **reclusão** 2075 indivíduos condenados ao abrigo da Lei da Droga, representando um acréscimo de +6% face a 2010. Constata-se nos últimos quatro anos uma estabilidade no número destes reclusos, embora com

---

<sup>1</sup> De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2010 e 2011 que deram entrada no IDT, I.P. até 31/03/2012. Os dados relativos a 2011 ainda sofrerão atualizações no próximo ano, com a inclusão das decisões que derem entrada no IDT, I.P. entre 31/03/2012 e 31/03/2013.

valores inferiores aos registados nos anos anteriores. Foi uma vez mais reforçada a tendência iniciada em 2000, de diminuição do peso destes reclusos no universo da população reclusa condenada, representando a 31/12/2011 cerca de 20% desta população. A maioria (90%) destes indivíduos estavam condenados por tráfico, 9% por tráfico de menor gravidade e menos de 1% por tráfico-consumo, valores que se enquadram no padrão dos últimos anos.

## Áreas Transversais

### Coordenação

Em 2011, o novo modelo das Subcomissões ficou concluído no final do 1º trimestre, com a criação da Subcomissão Regulação e Fiscalização da Oferta de Substâncias Licítas.

### Cooperação Internacional

O ano de 2011 foi, em grande medida, marcado pela recessão económica que afeta os países europeus, com as necessárias implicações que esta recessão poderá ter para os níveis de consumo de droga. O aparecimento de novas substâncias foi também um problema complexo, que exigiu no plano internacional uma resposta concertada. A Comissão Europeia procedeu a uma avaliação da execução **da Decisão 2005/387/JAI do Conselho relativa às novas substâncias psicoativas**, que assinalou os pontos fortes do mecanismo de alerta rápido, tendo esta avaliação demonstrado, também, a necessidade de tornar a UE mais capaz de acompanhar a rapidez com que se processa o aparecimento, no mercado, de novas substâncias não controladas.

O IDT, I.P. participou em três dos quatro componentes do **programa COPOLAD - Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra droga** e coordenou a componente relativa à consolidação de Observatórios Nacionais, assumindo um papel predominante neste contexto. Este Programa, que tem a duração de 42 meses e um orçamento de 6 milhões de euros, é liderado pela Espanha e conta ainda com a participação da França, Alemanha, Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai. Refira-se o desenvolvimento de esforços por parte da PJ no sentido de **aprofundar as relações de cooperação com os PALOP** e de promover o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP e, por parte da DGAIEC, a conclusão da discussão e a assinatura de **memorando de entendimento entre as administrações aduaneiras da CPLP**, no

sentido de permitir a troca espontânea de informações relacionadas com o tráfico de mercadorias sujeitas a proibições e/ou restrições, onde se incluem os estupefacientes.

#### Informação, Investigação, Formação e Avaliação

Contribuindo para o *alargamento, consolidação e otimização do Sistema de Informação Nacional sobre Drogas e Toxicodependências – SNIDT*, destaca-se, em 2011, o alargamento da rede de serviços-fonte de dados, em novos contextos como o da violência doméstica e o da sinistralidade rodoviária; a otimização do instrumento de recolha de dados relativos a doenças infecciosas nos reclusos em programas de tratamento da toxicodependência; a continuação do trabalho de articulação com INML,IP a nível da informação dos registos específicos de mortalidade do INML,IP no contexto do indicador “mortes relacionadas com drogas e mortalidade entre os utilizadores de drogas”, que tem permitido a disponibilização de informação sobre os casos de *overdose* no contexto do INML,IP de acordo com os critérios do OEDT. Destaca-se, ainda, a consolidação da recolha normalizada de dados a nível das estruturas de internamento públicas e privadas com vista à futura integração no Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM) do IDT,IP, que tem permitido obter dados harmonizados e desagregados por utente, contribuindo assim para uma maior qualidade da informação de suporte à intervenção, gestão e decisão.

Constituíram ações prioritárias a divulgação de informação objetiva e fiável na área das drogas e toxicodependências e a intervenção formativa nesta matéria

Em relação ao trabalho de investigação destaca-se as repetições, em 2011, dos inquéritos nacionais em meio escolar (INME e ECATED/ESPAD) e na população geral (INPG).

#### **Alguns Resultados de Estudos**

No ciclo estratégico iniciado em 2005, foram realizados diversos estudos epidemiológicos nacionais que permitem a análise de tendências e a comparabilidade da situação nacional no contexto europeu e internacional.

▪ **O estudo realizado em 2005 sobre estimativas da prevalência do consumo problemático de drogas em Portugal**, aponta para taxas por mil habitantes de 15-64 anos entre os 6,2-7,4 para uma definição de consumidores problemáticos mais abrangente, e, entre os 1,5-3,0 para os consumidores de drogas por via endovenosa. Entre 2000 e 2005 constatou-se uma diminuição do número estimado de consumidores problemáticos de drogas em Portugal, sendo essa diminuição mais acentuada no caso dos consumidores de drogas por via endovenosa.

- O **estudo nacional realizado em 2007 na população geral** residente em Portugal (15-64 anos) mostra que a cannabis, a cocaína e o ecstasy são as substâncias preferencialmente consumidas pelos portugueses, com prevalências de consumo ao longo da vida (pelo menos uma experiência de consumo na vida) respectivamente na ordem dos 11,7%, 1,9% e 1,3%. Entre 2001 e 2007, apesar da subida das prevalências de consumo ao longo da vida (a de *qualquer droga* passou de 8% para 12%), verificou-se uma estabilidade das prevalências de consumo de *qualquer droga* nos últimos 30 dias (2,5% em 2001 e 2007) e uma descida das taxas de continuidade dos consumos (a taxa de continuidade do consumo de *qualquer droga* passou de 44% para 31%). Portugal situa-se entre os países europeus com as menores prevalências de consumo de drogas, com excepção da heroína.
- O **estudo nacional realizado em 2007 na população reclusa** mostrou que a cannabis, a cocaína e a heroína eram as substâncias com maiores prevalências de consumo nesta população, tanto no contexto anterior à reclusão (respectivamente 48,4%, 35,3% e 29,9%) como no de reclusão (respectivamente 29,8%, 9,9% e 13,5%). Entre 2001 e 2007, constatou-se uma descida das prevalências de consumo de drogas em ambos os contextos, embora mais acentuada no de reclusão (a prevalência de consumo de *qualquer droga* passou de 47% para 36%). É de destacar também a importante redução da prática de consumo endovenoso em relação a 2001, seja no contexto anterior à reclusão (27% em 2001 e 18% em 2007) seja no de reclusão (11% em 2001 e 3% em 2007).
- No contexto das **populações escolares**, os resultados dos estudos nacionais evidenciaram que o consumo de drogas que vinha aumentando desde os anos 90 diminuiu pela primeira vez em 2006 e 2007, constatando-se em 2010 e 2011 novamente um aumento do consumo de drogas nestas populações, alertando para a necessidade de investimento na prevenção. Em todos os estudos realizados em 2010 e 2011, a cannabis continua a ser a droga preferencialmente consumida (prevalências de consumo ao longo da vida que variaram entre 2,3% nos alunos de 13 anos e 29,7% nos de 18 anos), com valores próximos às prevalências de consumo de *qualquer droga* (entre 4,4% nos alunos de 13 anos e 31,2% nos de 18 anos). Seguem-se-lhe com prevalências de consumo ao longo da vida bastante inferiores, a cocaína, o ecstasy e as anfetaminas entre os alunos mais novos, e as anfetaminas, LSD e ecstasy entre os mais velhos. Apesar dos aumentos registados nas prevalências de consumo de drogas entre 2006/2007 e 2010/2011- sobretudo de cannabis mas também de outras drogas como o LSD e as anfetaminas -, as prevalências de consumo de *qualquer droga* entre os alunos mais novos (13-15 anos) mantêm-se aquém das registadas entre 2001 e 2003. A percepção do risco do consumo regular de

drogas entre os estudantes de 16 anos aumentou, considerando os alunos portugueses mais arriscado esse consumo do que a média europeia

▪ Pela primeira vez em Portugal, foi realizado neste ciclo estratégico um estudo epidemiológico sobre a prevalência de álcool, drogas e medicamentos nos **condutores** em geral e nos condutores feridos ou mortos em acidentes de viação, inserido num projeto europeu. Nos condutores em geral a prevalência de consumo de *qualquer droga ilícita* foi de 1,57%, sendo a droga mais prevalente a cannabis (1,38%). A prevalência de opiáceos ilícitos foi de 0,15% e a de cocaína de 0,03%. Portugal apresentou uma prevalência de consumo de *qualquer droga ilícita* inferior à média europeia (1,89%), apesar da prevalência de cannabis ser muito idêntica e a de opiáceos ilícitos ser superior à respetiva média europeia. Portugal registou uma prevalência de associação de álcool com outras substâncias psicoativas (0,42%) ligeiramente acima da média europeia, e de associação de substâncias psicoativas sem álcool (0,23%) aquém dessa média. Nos condutores mortos em acidentes de viação, as drogas ilícitas mais prevalentes em Portugal foram a cannabis (4,2%) e a cocaína (1,4%), com valores superiores aos dos outros três países do estudo, exceto a Noruega que apresentou uma prevalência mais alta de cannabis. Em contrapartida, a prevalência de anfetaminas foi nula, contrariamente aos outros países em que foi a droga ilícita mais prevalente. Quanto às associações destas substâncias, entre os quatro países deste estudo, Portugal registou a segunda menor prevalência de associações com álcool (6,0%) e a menor prevalência de associações sem álcool (0,4%).

***Nota:*** Durante a apresentação na Assembleia da República será distribuída informação mais detalhada e um exemplar do Relatório em CD.